

RECURSO ESPECIAL Nº 1.826.389 - RS (2019/0203707-0)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : TERESA CRISTINA FERNANDES MOESCH - RS008227
LUCIANA RODRIGUES FIALHO DE SOUZA - RS074531A
SHERON GUTERRES DOS SANTOS - RS093996
JULIANA RECH SIEDSCHLAG - RS091381
JULIANO DA SILVA MACHADO E OUTRO(S) - RS112780
RECORRIDO : APARICIO RENE LUZ MUNHOZ
ADVOGADO : DEIVISON VAGNER DA SILVA PAZ - RS096571

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por OI S/A, com fundamento no art. 105, III, alínea “a”, da Constituição Federal, contra acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESPONSABILIDADE CIVIL. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. GRUPO OI. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CASO CONCRETO QUE CUIDA DE CRÉDITO EXTRACONCURSAL. NECESSIDADE DE ATENTAR ÀS DIRETRIZES DO AVISO SOBRE OS CRÉDITOS DETIDOS CONTRA O GRUPO OI/TELEMAR INFORMADO A ESTA CORTE ATRAVÉS DO OF. 613/2018/OF. POSSIBILIDADE DE PROSSEGUIMENTO. CORREÇÃO MONETÁRIA. INCIDÊNCIA ATÉ A DATA DO PAGAMENTO. INCIDÊNCIA DE MULTA E HONORÁRIOS, AMBOS DE 10%, QUANDO NÃO HÁ PAGAMENTO VOLUNTÁRIO. NORMA PROCESSUAL QUE NÃO COMPORTA EXCEÇÃO. INTELIGÊNCIA DO ART. 523, § 1º, CPC/15.

- Com a realização da Assembleia Geral de Credores em 19.12.2017, os processos em que as empresas do Grupo OI/TELEMAR são partes poderão seguir dois trâmites distintos, a depender se o objeto da demanda diz respeito a créditos concursais (fato gerador constituído antes de 20.06.2016 e, por isso, sujeito à Recuperação Judicial) ou a créditos extraconcursais (fato gerador constituído após 20.06.2016 e, por isso, não sujeito à Recuperação Judicial).

- Os processos que tiverem por objeto créditos extraconcursais – como no caso concreto, constituído em 21.02.2017, quando transitou em julgado a sentença, – devem prosseguir até a liquidação do valor do crédito. Com o crédito líquido, e após o trânsito em julgado de eventual impugnação ou embargos, o Juízo

de origem expedirá ofício ao juízo da Recuperação Judicial comunicando a necessidade de pagamento do crédito.

- Não há se falar em limitação temporal da atualização do crédito na data do requerimento da recuperação judicial, incidindo a correção monetária até a data do pagamento.

- A incidência de multa e honorários advocatícios, ambos de 10%, quando o executado, intimado, não pagar voluntariamente em 15 dias, se trata de norma processual cogente, que não comporta exceção. AGRADO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO. (e-STJ, fl. 199)

Em suas razões recursais, a recorrente aponta violação aos arts. 49 e 59 da Lei 11.101/2005, sustentando, em síntese (a) que o fato jurídico que desencadeou a lide (inscrição indevida no cadastro de proteção ao crédito) é anterior à distribuição do pedido de recuperação, não se tratando de crédito extracontratual e devendo o mesmo se sujeitar ao processo de recuperação judicial, (b) que os valores não podem ser levantados, (c) que todos os créditos sujeitos ao plano de recuperação judicial, inclusive os ilíquidos, foram novados e (d) que deve ser realizada atualização do cálculo da condenação até o início da recuperação judicial.

Foram apresentadas contrarrazões às fls. 322/334.

É o relatório. Passo a decidir.

Cumpre salientar que o presente recurso será examinado à luz do Enunciado 3 do Plenário do STJ: "*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*"

Inicialmente, observa-se que a recorrente afirma que deve realizada atualização do cálculo da condenação até o início da recuperação judicial, mas não indica qual ou quais dispositivos entende violados, tornando patente a falta de fundamentação do apelo especial, circunstância que atrai a incidência do enunciado nº 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

A propósito:

“AGRAVO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. QUEIMA DE CANA DE AÇÚCAR - REEXAME DE PROVA. SÚMULA 7 DO STJ. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SUMULA 284 DO STF.

AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. A reforma do julgado quanto à ocorrência ou não do dano, que gerou a obrigação de indenizar, demanda inegável necessidade de incursão nas provas constantes dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial. Incidência do óbice da Súmula 7 desta Corte.

2. A alegação de ofensa genérica à lei, sem a particularização dos dispositivos eventualmente violados pelo aresto recorrido, implica deficiência de fundamentação, conforme pacífico entendimento desta Corte Superior, fazendo incidir o enunciado da Súmula 284/STF.

3. A admissibilidade do recurso especial pressupõe-se uma argumentação lógica, demonstrando de plano a violação do dispositivo legal pela decisão recorrida, a fim de demonstrar a vulneração existente, o que não ocorreu na hipótese da alegada violação ao art.

38, § 4º, da Lei 12.651/12.

*4. Agravo regimental não provido". (AgRg no AREsp 721.287/SP, Rel. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 20/08/2015, DJe 27/08/2015)*

Com relação a suposta violação aos arts. 49 e 59 da Lei 11.101/05, o Tribunal de origem afirmou que, em razão de o crédito ter sido constituído em 21/02/2017 com o trânsito em julgado do acórdão, tratar-se-ia de crédito extraconcursal alheio à Recuperação Judicial, *in verbis*:

"Na hipótese dos autos, não vejo probabilidade de provimento do recurso. Isso porque verifico que o crédito foi constituído em 21/02/2017, quando transitou em julgado o acórdão que julgou a apelação interposta em face da sentença de 1ª grau, sendo, portanto, extraconcursal e, por isso, não sujeito à Recuperação Judicial, devendo, em razão disso, ser satisfeito na forma do estabelecido no AVISO supra transcrito, ou seja, deve o processo prosseguir até a liquidação do valor do crédito. Com o crédito líquido, e após o trânsito em julgado de eventual impugnação ou embargos, o Juízo de origem expedirá ofício ao Juízo da Recuperação Judicial comunicando a necessidade de pagamento do crédito, restando vedada a prática de quaisquer atos de constrição ou liberação de valores pelo Juízo de origem." (e-STJ, fl. 207)

Constata-se que o evento danoso objeto da ação indenizatória (inscrição indevida em cadastro de proteção ao crédito) teria ocorrido em 07/07/2014, antes do

deferimento da recuperação que ocorreu em junho de 2016, conforme consta no *decisum* recorrido (e-STJ, fl. 203).

Na esteira da jurisprudência desta Corte Superior, deve o referido crédito decorrente de evento danoso preexistente ao pedido de recuperação judicial sujeitar-se a esta.

Nesse mesmo sentido:

"AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO - DECISÃO MONOCRÁTICA DANDO PROVIMENTO AO RECLAMO DA AGRAVANTE - INSURGÊNCIA RECURSAL DO AGRAVADO.

1. A situação dos autos demonstra ter o evento danoso que deu origem ao crédito discutido e a sentença reconhecendo a existência de dano moral indenizável ocorrido antes do pedido de recuperação judicial.

Apenas o trânsito em julgado ocorreu posteriormente.

2. Consoante entendimento desta Corte, "Na hipótese de crédito decorrente de responsabilidade civil, oriundo de fato preexistente ao momento da recuperação judicial, é necessária a sua habilitação e inclusão no plano de recuperação da sociedade devedora." (REsp 1447918/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 16/05/2016).

3. Agravo interno desprovido."

(AgInt no REsp 1153110/DF, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 08/11/2016, DJe 18/11/2016)

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COMPROVAÇÃO DE TEMPESTIVIDADE DO RECURSO ESPECIAL EM SEDE DE AGRAVO REGIMENTAL. SUSPENSÃO DO EXPEDIENTE FORENSE. RECESSO. VIOLAÇÃO DO ART. 170 DA CF/88. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. NÃO CABIMENTO. CONTRARIEDADE AOS ARTIGOS 47 E 49 DA LEI N. 11.101/05. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. CRÉDITO REFERENTE À INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. HABILITAÇÃO. CABIMENTO. NEGATIVA DE VIGÊNCIA AO ART. 59 DA LEI N. 11.101/05. NOVAÇÃO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA N. 282/STF. INCIDÊNCIA.

1. A comprovação da tempestividade do agravo em recurso especial em decorrência de suspensão de expediente forense no Tribunal de origem pode ser feita posteriormente, em sede de agravo regimental, desde que por meio de documento idôneo capaz de evidenciar a prorrogação do prazo do recurso cujo

conhecimento pelo STJ é pretendido.

2. Para comprovar a tempestividade do recurso, é necessário que o recorrente demonstre qual o período de recesso estabelecido pelo respectivo tribunal, pois, sem essa providência, a atividade jurisdicional é tida como ininterrupta, nos termos da Emenda Constitucional n. 45/2004.

3. Tempestividade do recurso especial comprovada.

4. Não cabe ao Superior Tribunal de Justiça intervir em matéria de competência do STF, sob pena de violar a rígida distribuição de competência recursal disposta na Lei Maior.

5. Na hipótese de existir crédito proveniente de responsabilidade civil por fato preexistente ao momento do deferimento da recuperação judicial, é necessária a habilitação e inclusão do crédito em questão no plano de recuperação da empresa correspondente.

6. Aplica-se o óbice previsto na Súmula n. 282/STF quando as questões suscitadas no recurso especial não tenham sido debatidas no acórdão recorrido nem, a respeito, tenham sido opostos embargos declaratórios.

7. Agravo regimental conhecido para, conhecendo do agravo em recurso especial, conhecer parcialmente do recurso especial e dar-lhe provimento.

*(AgRg no AREsp 153.820/SP, Rel. Ministro **JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/09/2013, DJe 16/09/2013)*

“AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL DA EMPRESA. OBRIGAÇÃO ORIUNDA DE ATO ILÍCITO. FATO ANTERIOR AO DEFERIMENTO DA RECUPERAÇÃO. NECESSIDADE DE HABILITAÇÃO DO CRÉDITO NO QUADRO GERAL DE CREDORES.

1. O crédito oriundo de responsabilidade civil por fato preexistente ao momento do deferimento da recuperação judicial deve ser habilitado no quadro geral de credores da sociedade em recuperação.

Precedentes.

2. No caso concreto, é incontroverso nos autos que o crédito refere-se a obrigação anterior à recuperação judicial, o que faz incidir o artigo 49 da Lei 11.101/2005.

3. Agravo interno a que se nega provimento.”

*(AgInt no REsp 1260569/SP, Rel. Ministra **MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)*

Superior Tribunal de Justiça

Importante salientar que este Superior Tribunal de Justiça manifestou-se recentemente no julgamento do Resp 1727771, de relatoria da Excelentíssima Ministra Nancy Andrigli, no sentido de que *“a constituição de um crédito pressupõe a existência de um vínculo jurídico entre as partes e não se encontra condicionada a uma decisão judicial que simplesmente o declare”* (REsp 1727771/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/05/2018, DJe 18/05/2018).

Ressaltou ainda o referido *decisum* que é a data do vínculo jurídico que constitui o crédito e define o processamento ou não pelo pedido recuperacional, e esta data corresponde ao dia de sua ocorrência ao tratar-se de responsabilidade extracontratual, que é o caso dos autos, senão vejamos:

“Assim, tratando-se, como na espécie, de vínculo jurídico decorrente de evento que causou dano à esfera dos direitos das recorridas, a constituição do crédito correspondente não se dá com a prolação da decisão judicial que o reconhece e o quantifica, mas com a própria ocorrência daquele evento.

Vale dizer, o sujeito prejudicado assume a posição de credor da reparação civil derivada de ato lesivo contra ele intentado desde sua prática, e não com a declaração judicial de sua ocorrência. Tanto é assim que, nas hipóteses de responsabilidade civil extracontratual, o marco inicial de fluência dos juros decorrentes da mora do devedor são contados da data do evento danoso (Súmula 54/STJ).

Convém destacar que a própria LFRE está a determinar que, cuidando-se de ação versando sobre quantia ilíquida (classificação em que se insere a presente demanda), cujo processamento não é suspenso pelo pedido recuperacional, o crédito decorrente da respectiva sentença judicial deve ser incluído no quadro geral de credores, podendo o juízo onde elas tramitam, inclusive, determinar a reserva de valor para satisfação da obrigação (art. 6º, §§ 1º e 3º).

Destarte, reconhecido que o crédito em discussão foi constituído em momento anterior ao pedido de recuperação judicial – haja vista que a presente ação foi proposta em 20/5/2013 e o pedido do benefício data de 26/8/2013 –, deve ele se sujeitar aos efeitos do plano de soerguimento, a teor do que determina o precitado art. 49 da LFRE. (REsp 1727771/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/05/2018, DJe 18/05/2018)

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou

Superior Tribunal de Justiça

provimento ao recurso especial, a fim de determinar o retorno dos autos à origem para que julgue a lide à luz da jurisprudência desta Corte.

Publique-se.

Brasília (DF), 07 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator